



Universidade Federal do Pará

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

2007

# ÍNDICE

## **1. Introdução**

## **2. Atividades Desenvolvidas**

### 2.1 Pareceres Emitidos

### 2.2 Assessorias em Procedimentos Administrativos

### 2.3 Auditorias Realizadas pela AUDIN

- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFPA – Campus de Abaetetuba
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFPA – Campus de Bragança
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFPA – Campus de Castanhal
- Relatório de Auditoria da AUDIN/UFPA – Instituto de Geociências

### 2.4 Controle das Atas dos Órgãos Deliberativos da UFPA

### 2.5 Controladoria-Geral da União

### 2.6 Tribunal de Contas da União

## **3. Participações em Eventos, Cursos e Treinamentos.**

## **4. PAAAI - 2007**

## **5. Composição da Auditoria Interna**

## **6. Considerações Finais**

# 1. Introdução

O controle financeiro e orçamentário sofreu profunda transformação, adotando-se a sistemática de controle a posteriori mediante a prestação de contas dos gestores, e o controle concomitante através das inspeções in loco ou auditorias. Esta, pois, instituído um sistema misto de fiscalização onde, além da auditoria realizada pelo Controle Interno para fins de supervisão ministerial e também de certificação das contas, adotou-se o processo complementar de auditoria in loco pelo Tribunal de Contas da União.

A origem das expressões Controle Interno e Controle Externo exercidos pelos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, remonta à Lei nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios.

Na Carta de 1967, restou cristalizada e consolidada a existência daqueles dois sistemas de controle já preconizados na Lei nº. 4.320/64: o Controle Externo, prerrogativa do Congresso Nacional, e que continuou sendo executado com o «auxílio do Tribunal de Contas da União», e o Controle Interno, da responsabilidade do Poder Executivo.

As auditorias então implementadas restringiam-se aos aspectos financeiros e orçamentários, pautando-se os exames à legalidade das despesas e legitimidade dos atos administrativos. Com o tempo, essa forma de atuação passou a ser muito questionada. Não basta à sociedade saber apenas que os recursos oriundos dos impostos têm sido aplicados na conformidade dos regulamentos e normas de administração financeira, exige-se o aprofundamento da análise de modo a permitir a avaliação dos resultados advindos da ação governamental.

Editada a Constituição Federal de 1988, foi possível, por fim, saudar a chegada de auspiciosas e significativas inovações no campo do controle governamental, a se destacar:

1. a ampliação do alcance da fiscalização, estendendo-a além dos aspectos financeiro, orçamentário, patrimonial e contábil, para alcançar também o operacional; e
2. a inclusão, sob a jurisdição do TCU, não somente do gestor público como tal, mas também de «qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pela qual a União responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária». Assim, não só se ampliou o leque de jurisdicionados ao TCU, como também se investiu o mesmo Tribunal do poder-dever de realizar as «auditorias de mérito», cuja execução, sob o ordenamento constitucional legal anterior, apenas se insinuava como uma faculdade, defendida por muitos e por tantos outros, questionada.

A fiscalização operacional representa a prerrogativa constitucional facultada ao TCU para o exercício amplo, abrangente e profundo do controle externo, erigido no poder-dever de, auxiliando o Congresso Nacional, com os olhos atentos da sociedade, fiscalizar a boa condução das políticas públicas, consubstanciada na ação de seus gestores.

A conotação da fiscalização operacional adiciona plus na extensão da atuação da Corte de Contas, agora livre de condicionamentos anteriores que a impediam de analisar resultados bem como meios e condições de efetivá-los, restringindo-se a verificar a conformidade legal.

A Constituição de 1988, portanto, investe o Tribunal de Contas da União de autoridade para, analisando, com amplitude e profundidade a ação dos órgãos e entidades públicos, bem como a gestão de seus administradores, manifestar-se com base na: economicidade, eficiência e eficácia de seu desempenho.

Neste momento, é oportuno assinalar a evolução que o conceito de auditoria alcançou em nossos dias. Preteritamente, sua atuação se limitava à simples verificação da confiabilidade dos registros contábeis, de controles dos ativos e de sua real existência. Esse enfoque revestia a auditoria de um cunho policial de caça a infratores, partindo-se da desconfiança ou da expectativa de irregularidades, que, naturalmente, pressupõem punição e aplicação de sanções.

Atualmente, constatou-se que a auditoria pode exercer um papel bem mais valioso de instrumento gerencial, pautando seu trabalho pela análise dos aspectos operacionais. Desse modo, tem-se vinculado diretamente à esfera máxima de decisão na organização para que usufrua autonomia, imprescindível para sua própria eficácia.

## **Auditoria Interna da UFPA.**

## **2. Atividades desenvolvidas**

### **2.1 – Emissão de Pareceres**

- Processos de aposentadorias – 69
  - Tempo de serviço – 59
  - Invalidez – 10
- Pensões – 43
- Revisões – 02
- Suprimento de Fundos – 02
- Processos Administrativos Disciplinares (analisados pela AUDIN) – 50
- Tomada de Contas Especial – 02
- Parecer n°. 016/2007 – AUDIN emite opinião sobre a Prestação de Contas Anual – Exercício 2006, considerando os seguintes pontos:

1 - O Processo de Prestação de Contas Anual da Universidade Federal do Pará – exercício 2006 foi apresentada a Auditoria Interna com prazo exíguo, para exame e emissão de parecer sobre a matéria, consoante disposição contida no Art. 15, § 6º, do Decreto n°. 3.591/2000, com a redação dada pelo Decreto n°. 4.304/2002 e na forma prevista no Anexo V. item 1, da DN/TCU n°. 81/2006, bem como o contido no Anexo VIII da Portaria n°. 03/2006-CGU.

### **2 – Da Prestação de Contas**

A Prestação de Contas da UFPA espelha o resultado final da gestão universitária e foi instruída com os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como o Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Relatório de Gestão, elaborados de acordo com as disposições da Lei Federal 4.320/64.

Os demonstrativos orçamentários, financeiros e patrimoniais que compõem o presente processo foram elaborados com base nos lançamentos efetuados durante o exercício através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A forma de apresentação das contas atende ao estabelecido nos termos do Art. 14 da IN/TCU nº. 47/2004 combinado com o Art. 5º da DN/TCU nº. 81/2006 (obedecendo à ordem seqüencial) – Roteiro de verificação de peças e conteúdo, Rol de Responsáveis, Demonstrativos Contábeis, Declaração da Unidade de pessoal conforme dispõe a Lei 8.730/93, Relatórios e Pareceres dos órgãos que devem se manifestar sobre as contas.

### **3 – Gestão Orçamentária**

O orçamento da UFPA, para o exercício de 2006, foi aprovado pela Lei Orçamentária nº. 11.350 de 5 de outubro de 2006. A receita foi prevista no valor de **R\$ 461.503.284,96** com uma execução de **R\$ 427.605.425,11** e a despesa fixada na ordem de **R\$ 461.503.284,96** tendo sido a execução no valor de **R\$ 455.391.460,38**, tendo como resultado um déficit orçamentário no valor de **R\$ 27.786.035,57**, novamente observamos que os valores aprovados para o orçamento de 2006 em relação ao orçamento de 2005 o déficit orçamentário vem se mantendo na execução.

### **4 – Gestão Financeira**

As Contas espelhadas no Balanço Financeiro compõem as Receitas Correntes (realizada), as Despesas (executada), as Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentárias e Extra-Orçamentárias) que compreende os: Repasse Recebido, Sub-Repasse Recebido, Valores Diferidos (Baixa e Inscrição) Mutações Ativas e Interferências Ativas, conforme demonstramos a seguir:

Ingressos:

⇒ **4.1.0.0.00.00 – Receitas Correntes: R\$ 3.555.019,13**

⇒ **6.1.2.1.0.00.00 – Transferências Financeiras Recebidas: R\$ 438.551.488,98**

Ingressos Extra-Orçamentários:

Compõe os saldos atuais das contas de obrigações, Inscrição de Restos a Pagar, Receitas a Classificar, Valores em Circulação (Recursos Especiais a Receber, Recursos da União) e Valores Diferidos: Depósitos de Terceiros – **Caução** (recebidos no exercício), na ordem de **R\$ 124.993.270,45** e a Disponibilidade do Período Anterior no valor de **R\$ 54.544,85** totalizando assim o valor de **R\$ 567.154.323,41**.

Dispêndios:

⇒ <b>3.3.0.0.00.00–Despesas:</b>	<b>R\$</b>	<table> <tr> <td rowspan="3" style="font-size: 4em; vertical-align: middle;">}</td> <td>Corrente: R\$ 437.560.593,93</td> </tr> <tr> <td><b>455.391.460,38</b></td> </tr> <tr> <td>Capital : R\$ 17.830.866,45</td> </tr> </table>	}	Corrente: R\$ 437.560.593,93	<b>455.391.460,38</b>	Capital : R\$ 17.830.866,45
}	Corrente: R\$ 437.560.593,93					
	<b>455.391.460,38</b>					
	Capital : R\$ 17.830.866,45					

⇒ **5.1.2.1.0.00.00 – Transferências Financeiras Concedidas: R\$ 15.020.955,97**

⇒ **5.2.0.0.00.00 – Transferências Extra-Orçamentárias: R\$ 519.872,97**

Dispêndios Extra-Orçamentários:

Compõem os saldos atuais das contas de direitos, pagamentos de Restos a Pagar, Valores em Circulação (Recursos Especiais a Receber, Recursos da União), Valores a Classificar (Receitas realizáveis no exercício seguinte), Valores Diferidos: Depósitos de Terceiros - **Caução** (devoluções), na ordem de **R\$ 96.662.626,30** e a Disponibilidade para o período seguinte no valor de **R\$ 79.280,76**, totalizando no montante de **R\$ 567.154.323,41**.

## 6- Gestão Patrimonial

O Balanço Patrimonial é composto por duas seções: ATIVO e PASSIVO, que espelham, respectivamente, os bens e direitos e as obrigações, na análise

e verificação, observamos que as operações ocorridas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária apresenta um Resultado Patrimonial positivo conforme equação abaixo demonstrada;

$$\left\{ \begin{array}{l}
 \text{Ativo (1.0.0.0.00.00) - R\$ 1.677.799.269,84} \\
 - \\
 \text{Passivo (2.0.0.0.00.00) - R\$ 1.651.330.836,31}
 \end{array} \right. = \text{R\$ 26.468.433,53}$$

### **7- Dos Controles Internos Administrativos:**

RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA, PELOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que todas as recomendações/determinações expedidas por esta unidade de auditoria interna, pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram objetos de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos da entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria e concluimos que os mesmos estão em processo de adequação e aderência às normas internas da entidade.

### **8- Do Relatório de Gestão**

Apresenta as informações consolidadas das gestões orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e acadêmica como peça integrante desta Prestação de Contas as fls. 126 a 358.

### **9- Dos Demonstrativos: Bens Imóveis, Bens Móveis e Materiais de Consumo.**



Apresentam os resultados das movimentações física, financeiro-contábil ocorridas no exercício em referência.

### **10- Gestão de Pessoal**

As informações dispostas em quadros demonstrativos referente às alterações e ocorrências no corpo técnico da UFPA encontram-se inseridas nos autos do processo da Prestação de Contas, fls. 373 a 375.

### **11- Gestão Universitária**

A Universidade Multicampi, busca a cada ano de execução, nos moldes dos *Princípios Constitucionais*, a excelência na utilização dos recursos públicos, apesar das adversidades e tem alcançado importantes avanços para modernização de sua gestão tanto na área acadêmica como na área administrativa.

### **12- Do Relatório Contábil**

Apresenta as informações complementares referentes às movimentações orçamentária, financeira e patrimonial dos registros e ajustes contábeis conforme fls. 371 a 372, como peça de composição desta Prestação de Contas.

### **13- Conclusão**

Em nossa opinião a Prestação de Contas Anual da Universidade Federal do Pará, relativa ao Exercício de 2006, está em condições de ser submetida à apreciação e aprovação do Conselho Superior de Administração, Controladoria Geral da União no Estado do Pará e do Tribunal de Contas da União.

- Parecer ao Processo nº. 23073-008113/2007

- Assunto: Quitação de débito da Prefeitura Municipal de Colares junto a UFPA – Contrato de Prestação de Serviços.

## 2.2 – Assessoria em Procedimentos Administrativos

Na assessoria a procedimentos administrativos foram desenvolvidas atividades de auxílio à administração nos procedimentos de aplicação criteriosa dos recursos públicos, envolvendo as atividades de orientações sobre:

- Processo n°. 028399/2006-68 - Departamento de Finanças
  - Assunto: Ressarcimento ao Erário – Acórdão 2366/2006- TCU
- Contrato de Prestação de Serviços – 08
- Devolução de prazo contratual – Coordenação de Contratos e Convênios;
  - Processos n°.s: 23073-001524/2005, 23073-016319/2005, 23073-021431/2005, 23073-022073/2005, 23073-022074/2005, 23073-024590/2005.
- Inadimplência da concedente (repasso financeiro) – Procuradoria Geral;
  - Referência: Processo n°. 23073-29997/2006.
- Manifestação sobre a competência de administrar a frota da UFPA – Departamento de Almojarifado e Patrimônio
  - Referência: Processo n°. 23073-012775/2007.
- Aposentadoria – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal;
  - Referência: Processo n°. 23073-017883/2003 - Anexos: 23073-013273/2005, 23073-015635/2005, 23073-003375/2006.
- Processo n°. 23073-030058/2007 – Procuradoria Geral;
  - Referência: 1º Termo Aditivo.
- A Procuradoria Geral - Processos dos Projetos de Desenvolvimento Institucional – PDI oriundos das diversas Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFPA, onde é fixada uma *previsão de arrecadação* de recursos extra a proposta orçamentária da Universidade proveniente das ações didáticas – científicas para firmar contrato a FADESP com a finalidade de gerenciar esses recursos para a consecução dos projetos. Como segue

Unidade Interessada	Processo n°.
Instituto de Ciências da Saúde - ICS	23073-029169
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH	23073-029170
Hospital Universitário Betina Ferro e Souza - HUBFS	23073-029172

Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ	23073-029173
Campus de Santarém	23073-029174
Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DERCA	23073-029175
Núcleo de Meio Ambiente – NUMA	23073-029176
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA	23073-029177
Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUIBB	23073-029178
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC	23073-029179
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG	23073-029180
Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais – ARNI	23073-029182
Instituto de Ciências da Arte – ICA	23073-029183
Instituto de Letras e Comunicação – ILC	23073-029184
Instituto de Ciências Exatas e Naturais – ICEN	23073-029191

- A Procuradoria Geral referente aos seguintes processos: 23073-011785/2006, 23073-023510/2006 e 23073-008771/2007.
  - Assunto: Reequilíbrio econômico – financeiro (Contratos)
- A Procuradoria Geral referente 14 processos
  - Assunto: Diversos.
- A Procuradoria Geral referente ao Processo nº.. 23073-030705/2006.
  - Assunto: Doação de Bens.
- Ao Gabinete do Reitor, como segue;
  - Processos nº.. 23073-030237/2007 e 23073-030238/2007 que tratam do atendimento aos Ofícios nº.s 213 e 215 respectivamente, oriundos da Procuradoria da República no Estado do Pará – Ministério Público Federal, datados de 04.12.2007 referentes a Processos Administrativos Disciplinares da UFPA.
  - Processo nº.. 23073-029861/2006 que trata da utilização do espaço público (área de recreação – “Vadião”) onde os estudantes realizam os “Forrós”, sem autorização e critérios estabelecidos pela Administração da UFPA.

### 2.3 – Auditorias Realizadas pela AUDIN

Foram realizadas quatro auditorias em áreas específicas, envolvendo os processos de licitação, os serviços de transportes, os contratos administrativos, os setores de almoxarifado e subalmoxarifados e os setores de pessoal. Os exames para essas atividades foram realizados atendendo a legislação federal aplicável às áreas correspondentes. Foram verificadas provas de registros mantidos pelas unidades em

relação aos procedimentos feitos, os quais foram analisados quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia da gestão administrativa, orçamentária e patrimonial, bem como quanto a outros aspectos julgados relevantes no decorrer da auditoria.

2.3.1 – Resultado dos Exames do Monitoramento das recomendações do Relatório de Atividades de Auditoria – 2007 (Auditoria de Gestão) – Campus de Abaetetuba.

- Anexo 1

2.3.2 – Resultado dos Exames do Monitoramento das recomendações do Relatório de Atividades de Auditoria – 2007 (Auditoria de Gestão) – Campus de Bragança.

- Anexo 2

2.3.3 – Resultado dos Exames de Atividades de Auditoria nos campi – 2007 (Monitoramento da Auditoria de Gestão) – Campus de Castanhal.

- Anexo 3

2.3.4 – Resultado dos Exames de Atividades de Auditoria nos campi – 2007 (Monitoramento da Auditoria de Gestão) – Instituto de Geociências.

- Anexo 4

## 2.4 – Controles das Atas dos Órgãos Deliberativos da UFPA

CONSAD	4ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	27.08.2007
--------	----	-----------	---	---	---	---	---	---	------------

CONSELHOS	Nº. SESSÃO	TIPO: SESSÃO	SITUAÇÃO DA ATA				SESSAO		DATA
			APROVADA		ASSINADA		GRAVADA		
			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
CONSAD	1ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	14.03.2007
CONSAD	2ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	19.03.2007
CONSAD	2ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	26.03.2007
CONSAD	3ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	25.04.2007

1.

CONSEPE	2ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	23.04.2007
CONSEPE	5ª	ORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	28.05.2007
CONSEPE	6ª	ORDINÁRIA	X	SITUAÇÃO DA ATA				SESSAO	06.06.2007
CONSELHOS	Nº. SESSÃO	TIPO: SESSÃO ORDINÁRIA	APROVADA		ASSINADA		GRAVADA		DATA
CONSEPE			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	21.06.2007
CONSEPE	8ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	09.08.2007
CONSEPE	9ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	23.08.2007
CONSEPE	1ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	-	X	25.08.2007
CONSEPE	10ª	ORDINÁRIA	X	X	X	X	X	X	16.09.2007
CONSEPE	4ª	EXTRAORDINÁRIA	X	X	X	X	-	X	13.04.2007
CONSEPE	5ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	09.11.2007

CONSEPE	11ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	19.11.2007
CONSEPE	12ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	03.12.2007
CONSEPE	12ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	10.12.2007
CONSEPE	12ª	ORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	18.12.2007
CONSEPE	6ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	27.12.2007

2.

- - PENDENTE
- - SEM FREQUÊNCIA E GRAVAÇÃO

3.

CONSUN	14ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	05.10.2007
CONSUN	15ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	19.10.2007
CONSUN	16ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	X	-	30.11.2007
<b>CONSELHOS</b>	<b>N.º</b>	<b>TIPO: SESSÃO</b>	<b>SITUAÇÃO DA ATA</b>				<b>SESSÃO</b>		<b>DATA</b>
<b>CONSUN</b>	<b>SESSÃO</b>	<b>ORDINÁRIA</b>	<b>APROVADA</b>	<b>ASSINADA</b>	<b>GRAVADA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
			<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	
CONSUN	2ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	14.03.2007
CONSUN	3ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	12.04.2007
CONSUN	4ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	23.04.2007
CONSUN	5ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	25.04.2007
CONSUN	6ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	21.05.2007
CONSUN	7ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	30.05.2007
CONSUN	8ª	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	05.06.2007
CONSUN	9ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	20.06.2007
CONSUN	10ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	26.06.2007
CONSUN	11	EXTRAORDINÁRIA	-	X	-	X	-	X	06.07.2007
CONSUN	12ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	17.08.2007
CONSUN	13ª	EXTRAORDINÁRIA	X	-	X	-	X	-	19.09.2007

## 2.5 – Controladoria Geral da União

Todas as comunicações, diligências, solicitações de auditorias, solicitação de diligência e relatórios de auditoria emanadas da Controladoria da União no Pará - (CGU-PA), encaminhadas à AUDIN, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFPA.

Para o encaminhamento de informações requeridas e recomendações, a AUDIN expediu memorandos às unidades internas da UFPA e ofícios à CGU/PA, bem como coordenou a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos originários de diversas unidades desta Universidade, além de também disponibilizar os documentos originais solicitados.

No exercício de 2007, a CGU-PA atuou nas seguintes auditorias junto à UFPA.

- **Auditoria de Gestão (189705)** iniciada em 2007, para avaliação da gestão da UFPA referente ao exercício de 2006, que comporá o Relatório de Prestação de Contas. Para esta Auditoria, a CGU-PA apresentou 27 SA'S. para a UFPA nesta atividade.
  - Providências: Encaminhado Ofício nº. **726/2007-GR** datado de 22.10.2007 e recebido pela CGU-PA em 30.10.2007
- **Auditoria de Acompanhamento de Avaliação de Gestão (201410 e 201420 – n.ºs. Ordens de Serviços)** iniciada em outubro de 2007, com o objetivo de monitorar os atos e fatos da gestão referentes a 2007, subsidiando o Processo de Prestação de Contas Anual, a fim de reduzir ou eliminar pendências ou ressalvas na gestão. Para esta Auditoria, a CGU-PA apresentou 04 SAs além da prévia referente a ordem de serviço 201420 e da ordem 201410 foram expedidas além da prévia mais 08 SAs.

## 2.6 – Tribunal de Contas da União

Todas as diligências, inspeção, comunicações, instruções e determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (SECEX-PA) encaminhadas à AUDIN, tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFPA.

Para o encaminhamento de informações requeridas e determinações, a AUDIN expediu memorandos às unidades internas da UFPA e ofícios às fundações de apoio, bem como coordenou a elaboração de expedientes firmados pelo Reitor, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos

originários de diversas unidades desta Universidade, comunicando medidas adotadas, além de também disponibilizar documentos originais solicitados. Segue uma síntese das determinações emanadas do TCU, com os respectivos encaminhamentos e providências tomadas no exercício de 2007. Ao final de cada uma das determinações, constam às pendências existentes, para as quais deverão ser fornecidas respostas conforme indicado. Deverá ainda ser informado se surgirem outros fatos pertinentes ao caso em tela.

- Ofícios n.ºs. 597 e 598/2007, ambos de Natureza AUDIÊNCIA da SECEX-TCU/PA relativos ao n.º TC-013.980/2005-9 que diz respeito às ocorrências registradas no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão n.º. 160760 - Exercício 2004 solicitando a UFPA para apresentar as razões de justificativas acerca das ocorrências contidas nos citados ofícios.
  - Providências: A UFPA encaminhou as justificativas devidamente documentadas através do Ofício n.º. **906/2007-GR** datado de 31.12.2007 e recebido pelo TCU em 15.01.2008.
- Ofícios n.ºs. 954 e 955/2007, ambos de Natureza AUDIÊNCIA da SECEX-TCU/PA relativos ao n.º TC-017.084/2005-5 que diz respeito às ocorrências registradas no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão n.º. 175131 - Exercício 2005 solicitando a UFPA para apresentar as razões de justificativas acerca das ocorrências contidas nos citados ofícios.
  - Providências: A UFPA encaminhou as justificativas devidamente documentadas através do Ofício n.º. **786/2007-GR** datado de 09.11.2007 e recebido pelo TCU em 23.11.2007.
- **Ofício 1559/2007-SECEX/PA** encaminhado ao Reitor Prof. Dr. ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO, bem como os recebidos pelos dirigentes: Prof. Dr. Licurgo Peixoto de Brito - Pró-Reitor de Ensino e Graduação – **Ofício 1563/2007-SECEX/PA**, Senhora Sibebe Maria de Lima Bitar Caetano – Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – **Ofício 1566/2007-SECEX/PA** e Prof<sup>ª</sup>. Msc. Iracy Gallo Ritzmann – Pró-Reitora de Administração – **Ofício 1584/2007-SECEX/PA** todos de Natureza AUDIÊNCIA, que diz respeito às ocorrências registradas no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão n.º. 189705 relativo ao Exercício 2006 solicitando que esta Universidade apresente razões de justificativas acerca das ocorrências citadas nos mencionados ofícios.
  - Providências: A UFPA encaminhou as justificativas devidamente documentadas através do Ofício n.º. **860/2007-GR** datado de 29.11.2007 e recebido pelo TCU em 03.12.2007.



### 3. Participações em Eventos, Cursos e Treinamentos.

- a. XXVI Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação-**FONAI/MEC** – realizado no período 29.05 a 01.06/2007 em Belém-Pará – contou com a participação de todos da Equipe desta AUDIN.
- b. Curso de **Auditoria Governamental** – TREIDE, no período de 12 a 14/11/2007 participando os seguintes membros da equipe: Elinete de Lima Pinheiro, Ester Helena Brabo Arero, José Guilherme Barbosa Dergan, Mildéa Carvalho Coutinho e Sonia Maria Pereira Rabelo, com carga horária de 20h.
- c. Curso **Didática para facilitadores de aprendizagem** – realizado no período de 13 a 24.08.2007 no CAPACIT/UFPA com carga horária de 40h, promovido pela ENAP, contou a participação de Angela Maria Rodrigues Santos.
- d. Curso **Atendimento ao Cidadão** – realizado na modalidade à distância no período de 03 a 24/09/2007 com carga horária total de 20h, participante: Angela Maria Rodrigues Santos
- e. Curso de Extensão em **Auditoria Interna Governamental**, na modalidade a distância, realizada no período de 18.10.2006 a 31.05.2007,

com carga horária de 160h/aulas. Participante: Angela Maria Rodrigues Santos.

- f. XXVII Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação-**FONAI/MEC** – realizado no período 03 a 05/11/2007 em Curitiba-PR com a participação de: Ester Helena Brabo Arero, José Guilherme Barbosa Dergan e Sonia Maria Pereira Rabelo.
- g. Curso de **Gestão Estratégica para Auditores do MEC** – realizado em Curitiba-PR no período de 06 a 10/11/2007 com a participação de: Ester Helena Brabo Arero, José Guilherme Barbosa Dergan e Sonia Maria Pereira Rabelo, com carga horária de 40h/aulas.

#### 4. PAINTE 2007

Em cumprimento às definições da Instrução Normativa CGU/PR nº 01 de 03 de janeiro de 2007, e programação constante do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE /2007, foram realizadas atividades de auditoria em unidades administrativas e acadêmicas da UFPA. De acordo com o cronograma de atividades de auditoria para o exercício de 2007, constaram relacionadas às áreas de almoxarifado, bens móveis, licitações, contratos, transportes, convênios, gestão financeira e orçamentária, recursos humanos, auditorias do TCU e CGU, receitas financeiras recebidas, horas destinadas para assessoramento técnico, treinamento, participações nos Fóruns de Auditores, análise do balanço do exercício de 2006 e reserva técnica para eventuais necessidades.

#### 5. Composição da Auditoria Interna

- AUDIN da UFPA

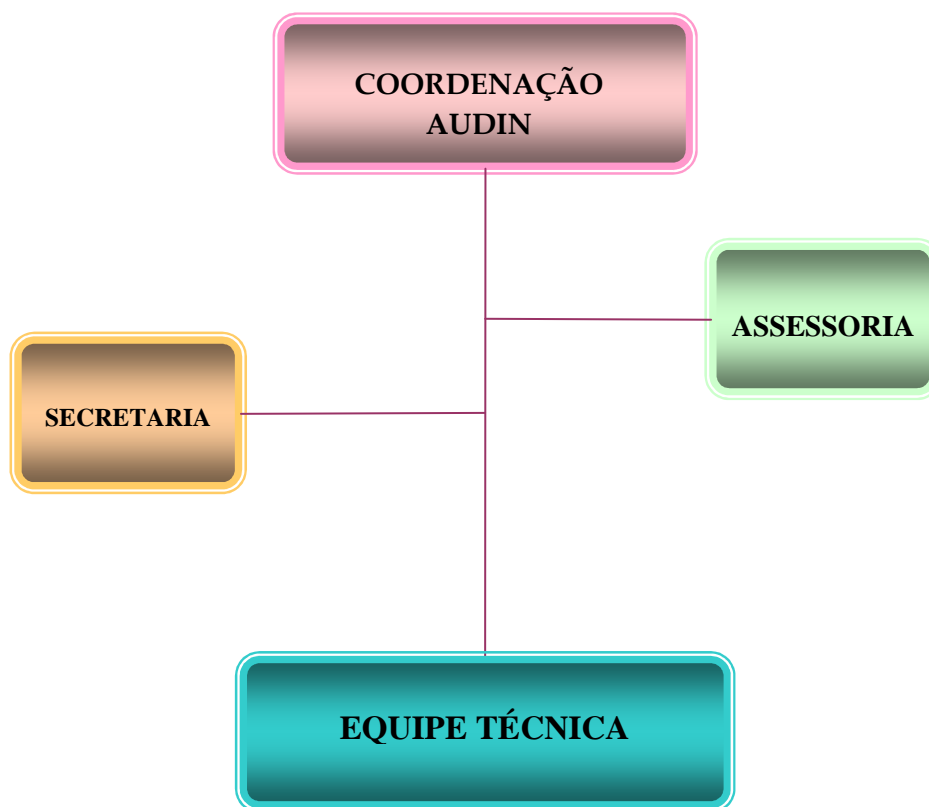
A AUDIN exercerá suas atribuições sem elidir a competência dos controles próprios dos sistemas instituídos no âmbito da Administração Pública Federal, nem o controle administrativo inerente a cada dirigente.

- A equipe da Auditoria Interna da UFPA é formada pelos seguintes técnicos:

Angela Maria Rodrigues Santos	Coordenador/Contadora
Sônia Maria Pereira Rabelo	Assessor/Administradora
Elinete de Lima Pinheiro	Técnica em Assuntos Educacionais e Arquiteta
Ester Helena Brabo Arero	Contadora
José Guilherme Barbosa Dergan	Economista
Mildéa Maria Carvalho Coutinho	Contadora
Hirna Ivaneide Marechal Saunders	Secretária Executiva / Administradora

**“Zelar pela efetiva e regular aplicação dos recursos públicos” é a sua Missão.**

## Organograma da AUDIN/UFPA




## 6. Considerações Finais

De início, congratulo-me com o apoio oferecido e com a Assessoria de todos os membros que integram a Auditoria Interna da UFPA pelo trabalho realizado no exercício de 2007, mesmo com algumas dificuldades. Contudo, temos tido uma

proveitosa experiência no campo da auditoria operacional que vem sendo sedimentada e aperfeiçoada a cada exercício em que realizamos nossas atividades de auditorias operacionais.

Em relação ao ano de 2007, destaca-se a participação de quatro dos servidores da AUDIN no Curso Auditoria Interna - Gestão Estratégica para Auditores do MEC, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) em parceria com o Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao Ministério da Educação (FONAI/MEC) e com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O curso está sendo realizado na modalidade à distância, se estenderá até o final 2008, totalizando 180 horas.

Belém, 31 de março de 2008.

  
Angela Maria Rodrigues Santos  
Coordenadora – AUDIN  
Port. 2050/2003

Resultado dos Exames do Monitoramento das  
recomendações do Relatório de Atividades de Auditoria  
– 2007  
(Auditoria de Gestão) – Campus de Abaetetuba.

## Anexo 1

**Resultado dos Exames do Monitoramento das  
recomendações do Relatório de Atividades de Auditoria  
– 2007  
(Auditoria de Gestão) – Campus de Bragança.**

## **Anexo 2**

**Resultado dos Exames de Atividades de Auditoria nos  
campi – 2007 (Monitoramento da Auditoria de Gestão)  
Campus de Castanhal.**

## **Anexo 3**



**Resultado dos Exames de Atividades de Auditoria nos  
campi – 2007 (Monitoramento da Auditoria de Gestão)  
Instituto de Geociências.**

## **Anexo 4**

